



# Prefeitura Municipal de Domingos Martins

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Rua Bernardino Monteiro, 22 – Centro – Domingos Martins – Espírito Santo

CEP 29260-000 – Fone: (27) 3268-1344 / 1239

[www.domingosmartins.es.gov.br](http://www.domingosmartins.es.gov.br)

[comunicacao@domingosmartins.es.gov.br](mailto:comunicacao@domingosmartins.es.gov.br) - [gabinete@domingosmartins.es.gov.br](mailto:gabinete@domingosmartins.es.gov.br)

## INSTRUÇÃO NORMATIVA STB – SISTEMA DE TRIBUTOS Nº. 004/2012, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS PARA CONCESSÃO E  
CONTROLE DAS RENÚNCIAS DE RECEITA  
TRIBUTÁRIA NO MUNICÍPIO DE DOMINGOS  
MARTINS.

**Versão:** 001

**Aprovação em:** 19/11/2012

**Ato de aprovação:** Decreto nº. 2242/2012

**Unidade Responsável:** Secretaria Municipal da Fazenda

### CAPÍTULO I DA FINALIDADE

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa tem por finalidade disciplinar e normatizar os procedimentos de rotinas na concessão e controle das renúncias de Receitas Tributárias.

### CAPÍTULO II DA ABRANGÊNCIA

**Art. 2º** Abrange a Secretaria Municipal da Fazenda, Controladoria Interna e Procuradoria Geral do Município de Domingos Martins.

### CAPÍTULO III DA BASE LEGAL

**Art. 3º** A presente Instrução Normativa tem como base legal as seguintes legislações: Constituição Federal, Lei de Responsabilidade Fiscal, Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal.

## **CAPÍTULO IV DO CONCEITO**

**Art. 4º** Renúncia de receita compreende os seguintes institutos legais: anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota, modificação de base de cálculo que implique redução, discriminação de tributos e outros benefícios que correspondem a tratamento diferenciado.

## **CAPÍTULO V DOS PROCEDIMENTOS**

### **Seção I**

#### **Da Concessão e Controle de Renúncia de Receita Tributária**

**Art. 5º** A revisão dos lançamentos dos impostos poderá ser pleiteada, nos termos do Art. 29, da Lei Complementar 001/2002 - Código Tributário Municipal, podendo ocasionar o cancelamento integral ou de parte dos mesmos.

**Parágrafo Único** - Para cancelamento, desde que comprovado o indébito, deverá ser feito um processo administrativo, e ao final do exercício um Decreto de cancelamento de créditos tributários.

**Art. 6º** No caso das isenções previstas na Lei Complementar 001/2002, deverá ser feito um processo administrativo, com comprovação do direito à mesma. Sendo que, nos casos onde há obrigatoriedade, esta deverá ser renovada anualmente.

**Art. 7º** Nos casos restantes de renúncia de receita, a mesma só poderá ser instituída através de leis específicas, e requer demonstração do impacto orçamentário financeiro no montante da receita que deixarão de ser arrecadadas em três exercícios.

**§ 1º** Deverá estar de acordo com as previsões sobre renúncias contidas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

**§ 2º** Deverá ser demonstrado que a renúncia foi prevista na estimativa de receitas da LOA (Lei Orçamentária Anual).

**§ 3º** Deverá ser demonstrado que a renúncia não afetará as metas fiscais;

## **CAPÍTULO VI** **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Art. 8º** Outras recomendações não mencionadas nesta Instrução Normativa deverão ser observadas no Código Tributário Municipal e demais legislações vigentes.

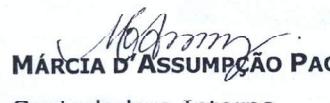
**Art. 9º** Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução poderão ser obtidos junto à Controladoria Interna que, por sua vez, através de procedimentos de checagem (visitas de rotinas) ou auditoria interna, aferirá a fiel observância de seus dispositivos.

**Art. 10** Esta Instrução Normativa entrará em vigor, na data de sua publicação.

Domingos Martins - ES, 19 de novembro de 2012.

  
**WANZETE KRUGER**

Prefeito Municipal

  
**MÁRCIA D'ASSUMPCÃO PAGANINI**

Controladora Interna